



PRODUÇÃO BIOLÓGICA E ARTESANAL NA BEIRA INTERIOR, DOURO SUPERIOR E PROVÍNCIA DE SALAMANCA: UMA ANÁLISE COMPARADA

Alberto Baptista, Luís Tibério, Artur Cristóvão¹

Resumo

A comunicação² apresenta uma análise comparada das potencialidades e condicionantes que se colocam à produção biológica e artesanal no território transfronteiriço do Douro Superior, Beira Interior Norte e Província de Salamanca. Analisam-se o tipo e a diversidade de produtos, os processos produtivos, as formas de qualificação, o mercado e as dinâmicas de comercialização. O estudo baseou-se na recolha e análise de fontes documentais e estatísticas e em entrevistas a produtores biológicos e artesanais. Os resultados evidenciam que o território português está melhor posicionado em termos de número de produtores biológicos. A produção artesanal encontra-se em declínio acentuado, havendo alguns bons exemplos de inovação e de promoção. As dificuldades situam-se sobretudo ao nível da promoção e comercialização de produtos. A cooperação transfronteiriça é ainda muito débil.

1. Introdução

A comunicação aqui apresentada foi extraída de um estudo mais vasto realizado no âmbito de um projecto promovido pelo INTERREG³. O projecto tinha por objectivos gerais; 1) definir e caracterizar a produção biológica e os produtos tradicionais de qualidade e de produção artesanal; e 2) identificar os sectores e as principais características da produção biológica e artesanal.

¹ Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Departamento de economia, Sociologia e Gestão (DESG), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Avenida Almeida Lucena, 1, 5000-660 Vila Real; Tel: +351259302200; Fax: +351259302249; e-mails: abaptist@utad.pt; mtiberio@utad.pt; acristov@utad.pt. Autor correspondente: Luis Tibério.

² A comunicação foi extraída do estudo intitulado “Directório Transfronteiriço de Produtores Biológicos e Artesanais”, realizado no âmbito do projecto Interreg III (A- CT BIN – SAL 2 /SP3 p56 /03). Coordenadores Aliste, J. (Univ. Salamanca), Rei, C. (IPG) e Baptista, A. (UTAD). Diputation de Salamanca, 2008.

³ idem

Nesta comunicação procuramos renovar o olhar sobre o material de base do projecto referido, numa perspectiva comparada entre os dois lados da fronteira, analisando as potencialidades e condicionantes ao modo de produção biológica e artesanal, os processos produtivos, o mercado e as dinâmicas de comercialização e as formas de valorização destes produtos no território considerado.

O território transfronteiriço em análise é composto por três zonas: o Douro Superior (DS); a Beira interior Norte (BIN) e a Província de Salamanca que, para facilidade de escrita, iremos designar por SAL e cujas características apresentamos com mais detalhe no ponto 2.

Para a realização do trabalho recorreu-se a uma metodologia quantitativa e qualitativa, com recurso às seguintes técnicas: fontes estatística, demográficas, sociais e económicas, entre outras, que proporcionam variáveis e indicadores comuns ou similares dos territórios; entrevistas e visitas de campo a 127 produtores biológicos e artesanais. As características e os perfis dos entrevistados foram condicionados pelas fontes disponíveis e pela (in)existência, em alguns casos, de registos oficiais, sobretudo das actividades artesanais. Os dados apresentados procuraram ser exaustivos, contudo, dada a dificuldade em obter informação, admitimos como provável a existência de falhas e omissões, mas que no geral não deverão alterar o sentido das conclusões apresentadas.

A comunicação está estruturada em cinco pontos. Após esta breve introdução, apresentam-se, no segundo ponto, alguns dos conceitos-base usados. Segue-se uma breve caracterização socioeconómica do território transfronteiriço. No quarto ponto discutem-se alguns dos resultados do projecto. Por último, sintetizam-se um conjunto de conclusões.

2. Conceitos e definições: produto biológico, certificação e artesanal

Neste ponto definem-se alguns conceitos relacionados com o objecto de estudo, designadamente: produto biológico; sistemas de certificação dos produtos agro-alimentares; Denominação de Origem, Indicação Geográfica e Especialidade Tradicional Garantida; artesão e artesanato.

O modo de produção biológico é definido pelo Regulamento (CE) nº 834 /2007, como “um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros

alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais”. O método de produção biológica desempenha, assim, um duplo papel societal, visto que, por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro, fornece bens públicos que contribuem para a protecção do ambiente e o bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural.

Para proteger e valorizar um rico património de produtos agrícolas e agro-alimentares com características qualitativas decorrentes da sua origem geográfica e do modo particular de produção ligado a hábitos ancestrais das populações, a Comunidade Europeia criou, em 1992, sistemas de valorização e de protecção jurídica para os produtos agro-alimentares de carácter específico. Assim, surge o Regulamento (CEE) N.º 2081/92 do Conselho, de 14 de Julho de 1992, relativo à Protecção das Indicações Geográficas e Denominações de Origem dos Produtos Agrícolas e dos Géneros Alimentícios e o Regulamento (CEE) N.º 2082/92 do Conselho, de 14 de Julho de 1992, relativo aos Certificados de Especificidade dos Produtos Agrícolas e Géneros Alimentícios. Estes Regulamentos foram revogados e substituídos respectivamente pelos Regulamentos (CE) N.º 510/2006 do Conselho de 20 de Março de 2006 e (CE) N.º 509/2006 do Conselho de 20 de Março de 2006. O Regulamento da Comissão (CE) N.º 1898/2006 de 14 de Dezembro de 2006 estabelece regras de execução do Regulamento (CE) N.º 510/2006 do Conselho, relativo à protecção das Indicações Geográficas e Denominações de Origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios.

Entende-se por **Denominação de Origem (DO)**, o nome de uma região, de um local determinado, ou em casos excepcionais, de um país, que serve para designar um produto agrícola ou um género alimentício, originário dessa região, desse local determinado ou desse país, cuja qualidade ou características se devem, no essencial, ao um meio geográfico específico, incluindo os factores naturais e humanos, e cuja produção, transformação e elaboração ocorrem na área geográfica delimitada.

Entende-se por **Indicação Geográfica (IG)**, o nome de uma região, de um local determinado ou, em casos excepcionais, de um país, que serve para designar um



produto agrícola, ou um género alimentício originário dessa região, desse local determinado ou desse país, e que possui determinada qualidade, reputação ou outras características que podem ser atribuídas a essa origem geográfica, e cuja produção e ou transformação e ou elaboração ocorrem na área geográfica delimitada.

Relativamente às Especialidades Tradicionais Garantidas (ETG), entende-se por:

- **Especificidade:** o elemento ou conjunto de elementos pelos quais um produto agrícola ou um género alimentício se distingue claramente de outros produtos ou géneros similares pertencentes à mesma categoria;
- **Tradicional:** de uso comprovado no mercado comunitário por um período que mostre a transmissão entre gerações; este período deve corresponder à duração geralmente atribuída a uma geração humana, ou seja, pelo menos 25 anos;
- **Especialidade Tradicional Garantida:** qualquer produto agrícola ou género alimentício tradicional que beneficia do reconhecimento da sua especificidade pela Comunidade, por intermédio do seu registo em conformidade com o regulamento n.º 509/2006;
- **Agrupamento:** qualquer organização, independentemente da sua forma jurídica ou composição, de produtores ou de transformadores do mesmo produto agrícola ou do mesmo género alimentício.

O conceito de **actividade artesanal** é definido pelo Decreto-Lei nº 110/2002, de 16 de Abril (artigo 4º) e designa “a actividade económica, de reconhecido valor cultural e social, que assenta na produção, restauro ou reparação de bens de valor artístico ou utilitário, de raiz tradicional ou contemporânea, e na prestação de serviços de igual natureza, bem como na produção e preparação de bens alimentares.” Esta actividade tem como requisitos a fidelidade aos processos tradicionais, onde predomina a intervenção pessoal (em relação às fases do processo de fabrico) e o produto final é de fabrico individualizado e genuíno.

No caso português o número de artesãos inscritos como tal é insignificante pelo que recorreremos à informação fornecida por agentes locais para identificação dos artesãos inquiridos. No caso de Salamanca só foram inquiridos artesãos agro-alimentares.

3. O TERRITÓRIO EM ESTUDO

O termo território será usado nesta comunicação para designar a área transfronteiriça abrangida pela Província de Salamanca (SAL), Beira Interior Norte (BIN) e Douro Superior (DS). A SAL é constituída por 8 comarcas agrárias e 362 Ayuntamentos. A BIN integra nove concelhos⁴ e 239 freguesias. O DS é a zona com menor área, 4 concelhos⁵ e 68 freguesias.

Trata-se de um território transfronteiriço entre Portugal e Espanha, ocupando uma área de aproximadamente 18,3 mil km², dos quais a maior parte (67%) pertence à SAL e os restantes 32,5% a Portugal (22% à BIN e 10,5% ao DS).

A região transfronteiriça referida apresentava, em 2001, uma população de 494 mil habitantes. A SAL e a BIN apresentam densidades populacionais idênticas (28) e o DS a mais baixa (18). Estes valores são muito baixos quando comparados com os valores médios encontrados para Espanha (80) e Portugal (112). Entre os censos de 1991 e 2001 verifica-se um decréscimo da população de 3,4% na SAL, 2,7% na BIN e acentuado (9%) no DS. A população do território tende a concentrar-se nas sedes de concelho e cidades.

Quadro 1. População, freguesias/municípios, área e densidade populacional do território

	População 1991	População 2001	Freguesias/ Municípios (nº) (2003)	Superfície (km ²)	Densidade Populacional (hab/km ²) (2001)
P.SAL	357.801	345.609	362	12350	28,0
BIN	118.513	115.325	239	4063	28,4
DS	36.956	33.832	68	1934	17,5
Total	513.270	494.157	669	18347	27,0

Fonte: INE.PT – Censos (2001); INE.ES nomenclator – Censo de poblacion y viviendas (2001)

Trata-se de um território essencialmente rural, que denota vários problemas estruturais, em matéria de despovoamento, reduzido peso dos estratos etários mais novos e aumento do peso do grupo etário acima dos 65 anos, com incremento dos índices de dependência, fragilidade do tecido económico, aspectos que, de maneira articulada, configuram dificuldades acrescidas para fomentar o desenvolvimento sustentável.

⁴ Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso.

⁵ Mogadouro, Vila Nova de Foz Côa, Moncorvo, Freixo Espada Cinta

A região apresenta uma elevada taxa da população “sem estudos”, sobretudo entre a população idosa e na parte portuguesa: 12% em SAL, 18% na BIN e muito elevada (33%) no DS. Na SAL domina a população com estudos secundários (42,4%), enquanto na BIN e DS predomina o nível básico, respectivamente 61% e 56%. A população com formação de nível superior é mais elevada na SAL (16,3) do que na BIN (8,7) e DS (4%). Em suma a SAL apresenta os melhores indicadores de educação e o DS claramente os piores.

Relativamente aos indicadores de saúde a província de Salamanca dispõe de maior número de médicos (5,8 por 1000 habitantes), quase o triplo dos valores encontrados para a BIN e DS. Relativamente à taxa de mortalidade infantil não se verificam diferenças apreciáveis entre os territórios dos dois países.

A situação em termos de desemprego era, em 2001, mais desfavorável na província de Salamanca (14,9%). Na parte portuguesa a taxa de desemprego na BIN era idêntica à média nacional (6,8%) e subia ligeiramente no DS (8,9%). O desemprego afecta mais as mulheres do que os homens (INE, Censos 2001).

O tecido empresarial encontra-se fragmentado, com baixo nível de cooperação, com fragilidades nas esferas organizativa, tecnológica e comercial e com dificuldades em acrescentar valor através de um maior grau de transformação. Há, contudo, algumas excepções, nomeadamente empresas ligadas ao vinho e ao azeite que se encontram muito bem inseridas no mercado global.

A estrutura económica tem vindo a sofrer alterações apreciáveis ao longo das últimas décadas. A agricultura que desempenhou no passado um papel central na estrutura do emprego tem vindo a perder “protagonismo” em favor de outros sectores de actividade. A distribuição da população activa empregada por sectores de actividade, em 2001, mostra a elevada representatividade do sector terciário na população activa empregada (SAL - 67%, BIN - 56% e DS - 49%), seguido do sector secundário (SAL - 24%; BIN - 32% e DS - 20%) e, por fim, o sector primário com a seguinte distribuição: SAL - 9%; BIN - 12%; e DS - 30%. Os concelhos do DS destacam-se pelo elevado peso da população activa empregue no sector primário. Em matéria de actividade económica a agricultura assume, especialmente neste território, uma importância significativa.

A SAL caracteriza-se por ser uma região rica em recursos naturais, designadamente fauna (caça) e flora (micologia), parques naturais, bem como em produtos agrícolas,

pecuários e gastronómicos de qualidade. O sector agro-industrial (queijos, cogumelos, vinho, enchidos) encontra-se relativamente organizado e desenvolvido e gerando maiores mais valias.

A BIN é uma região rica em recursos hídricos, com destaque para os rios Côa, Mondego e Zêzere e seus afluentes, em recursos paisagísticos e cinegéticos, abrangendo algumas zonas protegidas como o Parque Natural da Serra da Estrela, a Reserva Natural da Serra da Malcata, em recursos naturais e vegetais, em património construído e em gastronomia e artesanato. O Queijo da Serra da Estrela é um produto qualificado de grande importância no desenvolvimento e promoção deste território.

O DS apresenta características morfológicas particulares, nomeadamente o relevo acidentado e por vezes escarpado, e alguma diversidade paisagística, sendo fortemente marcado pelo vale do rio Côa, a presença do Douro e a proximidade da fronteira com a Espanha (AMDS, 2007). O vinho e o azeite são dois dos produtos de qualidade mais emblemáticos desta área.

No Quadro seguinte apresenta-se uma síntese das principais debilidades e potencialidades do território em análise (Deputación de Salamanca 2006: 73-79; Deputación de Salamanca, 2007: 178-182).

Quadro 2. Debilidades, Potencialidades e Acções para o Desenvolvimento do Território

Debilidades	Potencialidades	Acções
<ul style="list-style-type: none"> • Despovoamento e envelhecimento da população • Escassez de empregos • Baixo nível de formação; • Carência de serviços básicos, principalmente infra-estruturas; • Tecido empresarial débil e ausência de investimento e inovação; • Debilidade do capital social • Fraca cooperação interinstitucional; • Fraco poder da sociedade civil; • Limitado acesso a serviços básicos; • Díficeis acessibilidades intra e inter territórios • Falta de projectos transversais; • Dispersão da oferta e difícil comercialização de produtos agrícolas; • Débil articulação entre turismo e agricultura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Património natural: flora, fauna, sistemas agrários, paisagem e outros atractivos • Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) e Arribas do Douro, Serra da Estrela, Serra da Malcata, Serra de Gata e Gredos • Valioso património arqueológico e cultural (Douro Património Mundial, Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC); • Produtos agro-alimentares de qualidade, caça e pesca; • Recursos geológicos, hídricos e energéticos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver projectos integrados de base territorial; • Melhorar as acessibilidades, em particular as viárias; • Promoção do emprego através dos recursos endógenos; • Desenvolver o potencial dos patrimónios natural e cultural; • Promover o empreendedorismo e o investimento privado; • Valorizar o sector energético; • Promover a agricultura, o agro-alimentar e o turismo como eixos centrais do desenvolvimento; • Apoiar as necessidades sociais e de saúde dos mais idosos; • Melhorar o capital social, adaptar formação às necessidade de desenvolvimento do território



É no contexto territorial que acabamos de descrever que se movem os produtores biológicos e artesanais que vamos em seguida caracterizar e analisar.

4. Os resultados

Vejamos os resultados da análise comparada entre as unidades inquiridas dos dois territórios transfronteiriços considerados. Os resultados são apresentados segundo duas categorias principais: produtores biológicos e produtores artesanais de qualidade. A segunda categoria inclui os produtores agro-alimentares, doces e iguarias e artesanais. Os resultados são apresentados em 4 sub-pontos. O primeiro respeita a alguns dados gerais de caracterização das unidades inquiridas. No segundo apresentamos os produtores biológicos. Segue-se no terceiro uma análise dos produtores artesanais. No quarto sub-ponto apresentamos os resultados relativos à certificação, comercialização e promoção dos produtos.

4.1. Breve caracterização das unidades biológicas e artesanais

Com base na informação recolhida, apresentamos alguns elementos de caracterização das unidades inquiridas.

Forma jurídica e dimensão das unidades inquiridas

Os “produtores individuais” são a forma jurídica largamente dominante (74%) no território transfronteiriço. Segue-se, numa posição muito inferior, as sociedades comerciais (14%). As cooperativas representam 5% e surgem sobretudo no lado português. Relativamente a este indicador não existem diferenças assinaláveis entre os dois territórios fronteiriços.

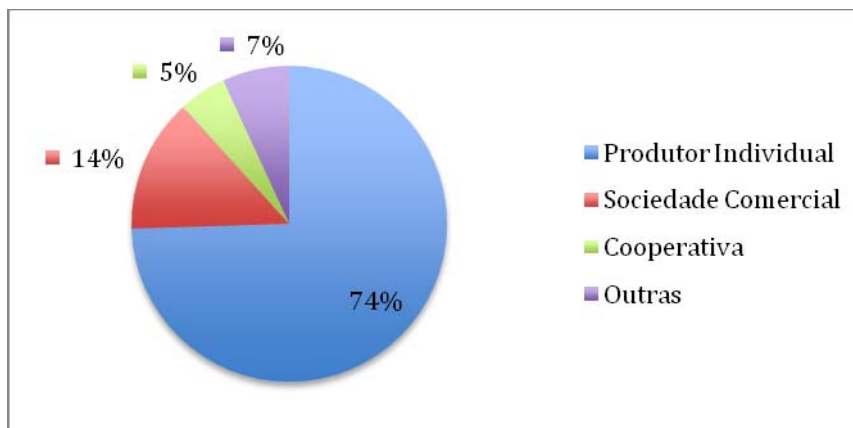


Figura 1 – Forma jurídica dos produtores biológicos e artesanais entrevistados

A categoria “outras” inclui uma empresa municipal que se dedica à comercialização de produtos do concelho.

As unidades inquiridas são na sua larga maioria microempresas, das quais cerca de 82% não têm mais de três trabalhadores. Acima dos 10 trabalhadores inventariámos apenas 3 unidades. Tais resultados não surpreendem, pois sabe-se, por outras fontes, que neste território, tal como em territórios rurais de baixa densidade populacional semelhantes, predominam as microempresas. As variáveis referidas são comuns ao território em estudo e não constituem factor de diferenciação entre os dois espaços transfronteiriços.

Tecnologias de produção

O projecto que esteve na base da informação aqui recolhida procurou centrar-se nas unidades artesanais, seja do sector agro-alimentar ou do artesanato propriamente dito, independentemente do processo de certificação (produção biológica ou não). A identificação e selecção no terreno de empresas artesanais no estrito sentido do termo são tarefas difíceis. Pois, o que se encontra em muitas das unidades são situações onde foram introduzidas novas tecnologias em diferentes fases do processo produtivo. Nesse sentido procuramos averiguar da existência de alguma diferenciação entre as três categorias de unidades identificadas: artesanal; semi-artesanal; e industrial. As empresas industriais incluem os lagares de azeite, as panificadoras e as pequenas unidades de enchidos. Incorporam tecnologia moderna, industrializando os processos de fabrico e satisfazendo os requisitos legais relativos a aspectos higio-sanitários e de segurança alimentar.

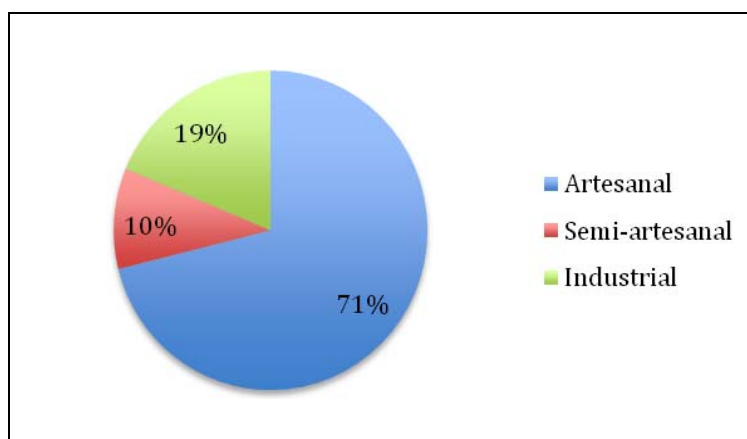


Figura 2 – Incorporação de tecnologia no processo produtivo

4.2. Produtores Biológicos

Os produtores biológicos identificados no território transfronteiriço em estudo (31) estão localizados maioritariamente (26) no território português e em particular na BIN (18). Na província de Salamanca foram apenas identificados 5 produtores biológicos, número relativamente baixo tendo em conta que se trata de uma área que ocupa cerca de 2/3 do território transfronteiriço em análise. A agricultura biológica na SAL diz respeito, sobretudo, a pastagens, prados e forragens (1.673,90 ha), seguida das áreas de vinha (9,53 ha), olival (8,36 ha), cereais e leguminosas (6,61 ha) e frutas e hortícolas (2,35 ha).

O azeite biológico está presente em muitas das unidades da BIN (12). O vinho encontra-se presente em cinco unidades, três de Portugal e duas de Espanha. Em relação aos produtos biológicos de origem animal encontramos quatro produtores do lado espanhol – dois produtores de carne (média de 81 animais por exploração) e dois produtores de queijo e três do lado português – dois de carne e um de queijo. Atendendo à importância da produção de queijo de ovelha na área da BIN podemos dizer que esta opção é ainda muito pouco aliciante. Do lado português identificamos também dois produtores biológicos de amêndoa.

O facto dos sistemas de produção agrícola tradicionais serem próximos do modo de produção biológicos tem facilitado o surgimento de muitos produtores biológicos de azeite, azeitona e amêndoa ou de produção de carne no caso de Espanha.



Em síntese, atendendo à dimensão do território (em especial do lado de Salamanca), aos modos de produção e condições naturais favoráveis para a produção de produtos biológicos, parece-nos que há claramente um grande potencial de crescimento, assim existam condições de organização da produção e dos produtores e um mercado que o suporte. Do lado português nota-se uma aposta mais forte nos produtos biológicos. Todavia, os volumes de produção por produtor são ainda relativamente reduzidos.

4.3. Produtores artesanais

Os produtos agrupados nesta categoria incluem os produtos agro-alimentares, os doces e iguarias e o artesanato.

Os queijos, os doces regionais e os enchidos são os produtos mais comercializados pelas unidades espanholas. Do lado português há uma clara diferenciação de produtos entre o DS e a BIN, ligada às características do território. No DS predomina o azeite, a azeitona de conserva e os doces regionais à base de amêndoa (7 casos). Na BIN os produtos lácteos (sobretudo queijo Serra), os enchidos e o mel são os mais representativos. O azeite e azeitona, a castanha, a carne e as compotas têm aqui menor presença.

Na BIN foram identificadas 46 unidades que se dedicam ao fabrico e venda de peças de artesanato: têxteis, bordados, rendas (13); cestaria (8); esculturas em pedra e barro (6); cerâmica (3); cutelarias (3); e artesanato diverso (13) como as pinturas e bijutarias. No DS destacam-se sete produtores que se dedicam ao fabrico de peças de artesanato na área dos têxteis, bordados e rendas (4), seguido por outros (3), com actividades várias, como fabrico de velas e arreios para animais.

Do lado espanhol não foi realizado o levantamento no terreno dos produtores artesanais. Contudo, a informação estatística disponibilizada pela Junta de Castela e Leão deixa antever que existe uma menor actividade artesanal relativamente ao lado português. Os artesãos registados eram, no total, 94, sobretudo na área dos móveis de madeira e metais (35), fibras vegetais (15), mármore e pedras (11) e joalharia (11). No primeiro caso trata-se de pequenas oficinas, onde o objectivo não é manter a laboração de um produto artesanal local mas, sobretudo, manter uma actividade profissional, respondendo à procura deste tipo de actividades.

No território português, ainda que o artesanato esteja em forte declínio, com artesãos envelhecidos e unidades de reduzida dimensão, tudo indica que ainda subsiste um maior



número de actividades e diversidade de produtos. Os condicionantes que na sua maioria influem no negócio dos artesãos agro-alimentares são os requisitos administrativos, dificuldades para se registarem como tal e as exigências sanitárias. Estes requisitos, que se consideram necessários, apresentam uma contradição: ao mesmo tempo que o produto artesanal requer uma produção manual, as instituições sanitárias obrigam à introdução de novas máquinas e tecnologias.

4.4. Certificação, comercialização e promoção dos produtos

Neste ponto avalia-se o comportamento dos produtores de ambos os lados da fronteira relativamente à certificação, comercialização, promoção dos produtos e cooperação transfronteiriça.

Certificação de produtos

A valorização dos produtos agro-alimentares através das qualificações DOP, IGP, ETG ou Bio tem sido uma das estratégias seguidas para a criação de mais valias e a sua retenção no território. No conjunto de produtores agro-alimentares identificados (140) apenas 19 (13,5%) apostaram na certificação, sendo 10 produtos DOP e 9 produtos Bio. Os produtos certificados são, na sua maioria, o azeite (14), queijo (3), e outros agro-alimentares, onde se inclui o vinho e a azeitona de conserva.

A análise comparada entre os dois lados da fronteira mostra uma dominância da certificação no lado português (12) relativamente ao lado espanhol (7), apesar de se tratar de um território de maior dimensão.

No geral estamos perante valores relativamente baixos atendendo ao potencial do território, designadamente para os produtos biológicos. Para tal resultado contribuem, entre outras razões, as pequenas quantidades produzidas, a dispersão territorial das unidades e os custos relativamente elevados da certificação.

Número de produtos por unidade

Outro dos dados analisado foi saber qual o número de produtos geridos por cada uma das unidades inquiridas nos dois lados da fronteira. No total das unidades inquiridas o número médio de produtos é de dois. A distribuição do número de produtos por unidade é evidenciada na Fig. 3. Como se pode ver, dominam as unidades com apenas um produto (62%) e até três produtos temos 95% das unidades. Os operadores ligados à

panificação e pastelaria são os que apresentam uma maior diversificação de produtos. As duas unidades que comercializam maior número de produtos estão referenciadas no lado português. Trata-se de uma empresa de produtos lácteos e de uma empresa municipal que trabalha na comercialização de vários produtos agrícolas do concelho. Ainda no lado português, são várias as unidades que vendem quatro ou mais produtos, em sectores ligados aos lacticínios, enchidos e fumeiro.

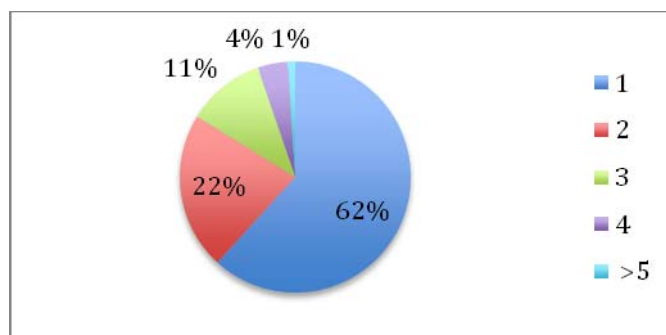


Figura 3 – Número de produtos comercializados por produtor

As 31 unidades espanholas comercializam na sua maioria (23) apenas um produto. Sete vendem três produtos e apenas uma unidade vende quatro ou mais produtos.

Os dados revelam claramente uma maior diversificação nas unidades portuguesas, em tipo e número de produtos, relativamente às espanholas. Contudo, de uma maneira geral, trata-se de unidades com menor dimensão em volume de produção. Em suma, temos unidades de menor dimensão e mais diversificadas no caso português e unidades maiores mas com menor gama de produtos no caso espanhol.

Comercialização dos produtos

A maioria dos produtores agro-alimentares vende a sua produção a retalho. As formas preferencialmente utilizadas são a venda directa ao consumidor, a restaurantes, em feiras e mercados, por correspondência ou através de outros retalhistas. Em alguns casos, o sistema de venda está associado a um tipo de comércio e a um mercado específico, de qualidade ou especialidade, onde se potencia a distinção do produto artesanal pela sua tipicidade. A grande maioria não efectua a venda através de grandes distribuidores, eventualmente devido à concorrência das grandes indústrias pela sua flexibilidade de preços e produção.

Em termos geográficos, o destino destes produtos é, sobretudo, o mercado local,



seguido do regional ou nacional (em ambos os casos, mais de 50% dos produtores utilizam estes mercados). Encontramos ainda uma minoria de produtores que vende para o mercado internacional. Curiosamente, a difusão internacional engloba tanto os artesãos com maior produção e vendas, como alguns com um menor volume de negócio.

Após identificarmos os diferentes canais de comercialização em cada uma das unidades procedemos à sua contagem por modalidade de venda. No lado de Espanha temos uma maior incidência de vendas em feiras e mercados (33%), seguido de muito próximo pela venda nas próprias unidades (30%). Em terceiro lugar surge a venda para restaurantes (23%). Em termos de volume de vendas, predomina o retalho, que representa o dobro das ocorrências da venda a grosso.

No lado português prevalece a comercialização nas unidades, com 46% de ocorrências para pelo menos um dos produtos da exploração. Os mercados e feiras são o local preferido de venda para 23% das unidades. Há ainda outras modalidades de menor ocorrência, como a venda em restaurantes (13%) e lojas (6%). Também aqui predomina a venda a retalho, com o dobro das ocorrências da venda por grosso.

Em síntese, na província de Salamanca destaca-se a venda nos mercados e feiras e na BIN e no DS a venda na unidade ou local de produção.

Promoção dos produtos

As actividades de promoção são hoje essenciais para a comercialização dos produtos. Relativamente às actividades de promoção, foram consideradas três modalidades: correio electrónico; página na internet; e imagem de marca.

Os resultados mostram que, em geral, o uso do correio electrónico é ainda relativamente baixo (38% dos casos). Em relação às outras duas modalidades, os valores são ainda inferiores. Apenas 20% das unidades possui página Web enquanto que 23% procura reforçar a sua imagem de marca recorrendo ao respectivo logótipo.

Quando comparamos o uso destas modalidades em Portugal e Espanha verifica-se que estão melhor representadas em Salamanca. O uso do correio electrónico na província de Salamanca é de 45%, enquanto que em Portugal é de 35%. A existência de página Web é baixa nos dois lados, 27% na SAL e 22% na BIN e DS. Relativamente à existência de

logótipo da empresa, a diferença é muito superior, com 39% no lado espanhol e apenas 15% no lado português.

Convém, contudo, realçar que no lado português temos um número mais elevado de produtores, muitos dos quais com idade já avançada e em actividades tradicionais, o que acentua, em parte, a discrepância encontrada entre os dois lados. Se, por um lado, há ainda muito a fazer na divulgação plena destas ferramentas, por outro lado, é de destacar que estes instrumentos de promoção estão cada vez mais presentes, mesmo nos locais mais recônditos do DS ou da BIN.

Cooperação transfronteiriça

A maioria dos artesãos agro-alimentares participaram em feiras transfronteiriças, mas só uma minoria (aproximadamente 10%) mantém relações com empresas ou produtores portugueses. É importante destacar que a maioria (quase 80%) dos artesãos da província está interessado em participar em futuros eventos e intercâmbios transfronteiriços (feiras, visitas, etc.). Não obstante, esta predisposição favorável varia em função do contexto: da filosofia de trabalho de cada produtor e da visita prévia a algum tipo de feira.

As possibilidades de incrementar ou consolidar a cooperação transfronteiriça estariam condicionadas também pelas limitações de volume de produção e pela caducidade dos produtos. Além do mais, estes artesãos consideram que seria necessário o apoio dos poderes públicos, desde o financiamento das feiras até à supervisão ou gestão das empresas privadas que, na maioria dos casos, são as que monopolizam estes encontros.

Por oposição a este grupo favorável a incrementar as relações transfronteiriças, encontramos também outros artesãos que não partilham deste tipo de cooperações ou modos de venda e preferem outros caminhos mais tradicionais.

6. Conclusões

As relações bilaterais entre os dois lados da fronteira caracterizam-se, em geral, por um baixo nível de cooperação transfronteiriça entre as unidades inquiridas. As trocas comerciais de produtos agro-alimentares tende a ser mais vantajosa para o lado espanhol, como demonstra a venda em bruto de alguns produtos portugueses, como a azeitona de conserva, a amêndoa e os cogumelos silvestres, para o território espanhol,

onde se procede à sua transformação e criação de mais valias. O estudo permite evidenciar que em muitas situações os produtores, até do mesmo território, não se conhecem e, como consequência, a cooperação inter-empresarial é escassa, o que dificulta a promoção do território e a conquista de quota de mercado.

A certificação dos produtos (biológicos ou DOP, IGP, ETG) regista ainda baixa adesão, atendendo ao potencial do território. Para tal resultado contribuem as pequenas quantidades produzidas, a dispersão territorial das unidades, a falta de organização que permita a concentração dos produtos e os custos relativamente elevados da certificação.

Os dados sugerem que do lado espanhol se tem, sobretudo, apostado na produção de produtos com qualidade industrial, na marca associada à empresa e na escala, mais do que na certificação (marca colectiva).

O modo de produção biológico é, em geral, praticado por um baixo número de produtores, sendo este número particularmente reduzido no lado espanhol, onde várias destas unidades praticam sobretudo a produção extensiva de gado. No lado português, as unidades de produção biológica tendem a ter menor dimensão e dedicam-se a maior número de actividades. Em suma, pode afirmar-se que no caso espanhol se observa uma estratégia de especialização e de economias de escala, enquanto que do lado português da fronteira a aposta se orienta mais para a diversificação e a pequena escala.

Atendendo à dimensão do território, aos modos de produção e condições naturais favoráveis para a produção de produtos biológicos, parece-nos que há um grande espaço de crescimento, assim existam condições de organização dos produtores e da produção e mercados que suportem tal crescimento. De qualquer forma, do lado português há, comparativamente, uma aposta mais forte nos produtos biológicos. Do lado espanhol a aposta é maior nas marcas e nas unidades industriais de maior dimensão.

A maior qualidade dos produtos elaborados artesanalmente, a origem das matérias-primas, o controlo do trabalho e do processo de produção, sem a inclusão dos elementos que podem alterar as propriedades finais dos alimentos, são alguns elementos claramente distintivos dos artesãos alimentares. Contudo, este tipo de produto para ser rentável necessita ser direccionado para nichos específicos de mercado. O que não é muitas vezes o caso. De uma maneira geral, a promoção dos produtos não é realizada de forma adequada. Em muitos casos os produtos destinam-se aos mercados local e regional e são vendidos maioritariamente ao consumidor e a intermediários. Parte da

produção é vendida sem transformação e, como consequência, perdem-se as mais valias para outros territórios.

A manutenção de um elevado número de artesãos, bem como a elevada diversidade e qualidade dos produtos agro-alimentares do território do lado português, favorecem as condições de atracção do território e de venda de produtos para os mercados regionais e nacionais.

Referências

Associação de Municípios do Douro Superior – AMDS (2007). *Localização e Breve Apresentação Geográfica do Douro Superior*. Torre de Moncorvo: AMDS.

Diputación de Salamanca (2007). *Fronteira e Desenvolvimento*, in Aliste e Baptista (coord). Salamanca.

Diputación de Salamanca (2006). Beira Interior Norte – Província de Salamanca: valorizar a história e conquistar o futuro, in Aliste e Matos (coord). Salamanca.

INE (1991). *Recenseamento Geral da População*. Lisboa: INE.

INE (2001). *Recenseamento Geral da População*. Lisboa: INE.

INE (2002). *O País em Números. Informação Estatística 1991-2001*. Lisboa: INE.
(2003). *Anuário Estatístico da Região Norte*. Lisboa: INE.

Tibério, M. L. (2006). O Território: População, Actividades Agrárias e Microproduções Agrícolas: In Cristóvão, A., M. L. Tibério e V. C. Diéguez (2006). *Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Local no Douro-Duero*. Vila Real: UTAD e U. Salamanca.

Tibério, M., Abreu, S., Cristóvão, A. e Baptista, A. (2005). Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Local no Douro-Duero In Eduardo Rosa (Coord.), *Aproveitamento e Valorização dos Recursos*, INTERREG III A DOURO-DUERO Séc. XXI, pp. 11-20, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Universidade de Salamanca, Vila Real.